COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 4.443, DE 2008

Dispõe sobre a obrigatoriedade de exames clínicos toxicológicos periódicos para policiais civis, militares e federais, agentes de trânsito estaduais e guardas municipais.

Autor: Deputado Paulo Lima

Relator: Deputado Laerte Bessa

I - RELATÓRIO

O projeto de lei ora relatado tem por objetivo submeter compulsoriamente os militares e servidores de corporações de segurança pública à realização de exames clínicos toxicológicos periódicos. De acordo com o art. 2º do projeto, a negativa em se submeter a esses exames implicaria em responsabilização disciplinar e criminal do servidor.

Em caso de resultado positivo dos exames, indicativo de consumo de substância psicotrópica proibida, será facultada a realização de contraprova, às expensas do interessado. Observado esse direito, o servidor será encaminhado para tratamento provido pelo poder público, ficando afastado de tarefas de risco e privado da percepção de função gratificada até sua recuperação.

O art. 4º do projeto assegura a natureza confidencial dos resultados dos exames e exclui a possibilidade de aplicação de sanções decorrentes de eventual resultado positivo.

Cumprido o prazo para apresentação de emendas no âmbito desta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, nenhuma chegou a ser oferecida. Compete ao colegiado, na presente oportunidade, manifestar-se sobre o mérito do Projeto de Lei nº 4.443, de 2008.

II - VOTO DO RELATOR

Preliminarmente, cabe apontar as impropriedades de ordem constitucional que comprometem a viabilidade da transformação do projeto sob exame em norma legal. Ao pretender estabelecer obrigações para militares e servidores de outras esferas de governo, a proposição manifestamente invade a competência própria desses entes, aos quais a Constituição assegura autonomia política e administrativa. Mesmo no que concerne aos policiais federais, evidencia-se que a exigência de realização de exames toxicológicos constitui matéria pertinente ao regime jurídico a que estão submetidos aqueles servidores. Nessas circunstâncias, a apresentação de projeto de lei dessa natureza é prerrogativa reservada ao Presidente da República.

Apesar disso, face à competência regimental da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para manifestar-se quanto a esses aspectos, deixo de considerá-los para efeito do presente voto, passando a ater-me apenas às questões de mérito.

Sob esse prisma, apesar de reconhecer a gravidade dos problemas decorrentes do consumo e do tráfico de substâncias psicotrópicas proibidas, considero ser inaceitável o projeto, face a seu conteúdo discriminatório. O autor argumenta que o policial, *“sob a influência de substância entorpecente, não terá discernimento suficiente para agir com a serenidade que sua função requer, colocando em risco a segurança de terceiros”*. Se a afirmativa é verdadeira para os policiais, vale na mesma medida para outros profissionais, tais como os cirurgiões, os tripulantes de avião e os motoristas profissionais, dentre tantos outros. Nem por isso se cogita na hipótese de submetê-los ao constrangimento injustificado de exames toxicológicos periódicos, colocando-os, ainda que implicitamente, sob a suspeita de envolvimento com drogas ilícitas.

A negativa em acolher a imposição de exames toxicológicos rotineiros não significa que se defenda uma postura permissiva da administração pública, desatenta aos efeitos danosos que o consumo de drogas possa provocar na atuação de policiais ou de outros servidores públicos. O que se advoga é que a ação do poder público seja necessariamente motivada, a ser deflagrada apenas nos casos em que se percebam alterações de comportamento potencialmente atribuíveis ao consumo de drogas.

No âmbito do serviço público, foco do projeto sob exame, a administração já dispõe de instrumentos para submeter a inspeção médica servidores que apresentem indícios de lesões orgânicas ou funcionais, afastando-os do exercício do cargo, de ofício, quando a perícia médica assim o indicar. Na esfera da União, a que obrigatoriamente fica restrita a eficácia de lei federal, a matéria encontra-se disciplinada nos arts. 202 e 206 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que “*dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais*”. De forma semelhante, leis estaduais que cuidam do regime jurídico de servidores ou de militares de seus quadros próprios também contemplam a hipótese de inspeção de saúde, em razão da qual pode ser prescrito tratamento especializado e, se for o caso, determinado, de ofício, o afastamento temporário do serviço.

Cabe assinalar, ainda, que a proposição apresenta deficiências técnicas que prejudicam a concretização de seus desideratos. Embora pretendendo alcançar também os policiais militares, além dos servidores civis das carreiras policiais e de outras vinculadas às atividades de segurança pública, o art. 2º do projeto apresenta parágrafos que se referem apenas a servidores, ignorando o fato de que esse conceito não mais abrange os militares, desde a promulgação da Emenda Constitucional nº 18, de 1998.

Adicionalmente, o projeto contém erro de numeração, uma vez que ao art. 2º segue-se o art. 4º, sem que exista um art. 3º entre ambos. Embora essas imperfeições pudessem vir a ser corrigidas, o enfoque intrinsecamente equivocado da proposição torna inexecutável seu aproveitamento.

Assim, face aos argumentos apresentados, peço vênias ao autor para manifestar-me, no mérito, pela rejeição do Projeto de Lei nº 4.443, de 2008.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado Laerte Bessa
Relator

2009_14634